

REGIÃO FOI A MAIS AFETADA PELA RECESSÃO DEPOIS DE 2007

E ao fim de dez anos... Algarve deixa a crise para trás!?

Entre 2000 e 2007, a economia algarvia esteve sempre a crescer. Porém, a crise instalou-se e a situação alterou-se significativamente, com sucessivos anos de recessão: o investimento caiu a pique (uns impressionantes 65,5%), o desemprego atingiu valores dramáticos (pico de 17,6% em 2013 - quase 50 mil pessoas sem trabalho) e muitas famílias e empresas ficaram com a "corda na garganta". Estas são algumas das conclusões da "Retrospectiva 2007-2015", da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve



Apesar de a recessão ter abrandado, o Algarve ainda vai precisar de alguns anos para voltar aos níveis pré-crise

> NUNO COUTO

O Algarve é a região do país que perdeu mais riqueza, competitividade, coesão e qualidade ambiental desde que se iniciou a crise, há cerca de uma década. E esta situação ainda levará alguns anos a corrigir. A conclusão é do boletim anual "Algarve Conjuntura - Retrospectiva 2007-2015", divulgado na semana passada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve.

"O Algarve foi particularmente afetado pela crise de 2008, como o demonstram alguns dos indicadores disponíveis. Em certas situações, a região apresentou mesmo o desempenho menos favorável de todas as regiões de Portugal", refere o relatório.

A análise da CCDR à última década separa claramente dois períodos: "Entre 2000 e 2007, a economia algarvia

registou um crescimento médio anual que rondou 2,6%", mas tudo viria a mudar quase de um dia para o outro, em 2008, quando a situação alterou-se significativamente e o crescimento não foi além de 0,1% no Algarve (0,2% em Portugal).

"No ano seguinte, todas as regiões apresentaram um cenário recessivo, em especial o Algarve, onde a quebra do PIB atingiu 6,3%, em termos reais, valor bastante acima da média nacional (-3%) e do Alentejo (-4,7%), região com a segunda maior contração", destaca o relatório.

"Recessão económica mais marcada no Algarve"

A situação não viria a melhorar entre 2010 e 2013, pelo menos para a região algarvia. "O PIB português cresce então 1,9% e todas as regiões registam taxas de variação superiores a 1%, à exceção do Algarve, que não ultrapassa

0,3%", realça a CCDR, frisando que a recessão económica neste período voltou a ser mais marcada no Algarve (-3,3%) do que nas restantes regiões.

Já em 2014 e 2015, e segundo o relatório, a região voltou a crescer, com o mesmo a suceder em 2016, indicam os dados preliminares que já foram divulgados. Mas nem assim a comissão vê razões para lançar foguetes, até porque os anos de crise foram muito penalizadores para o Algarve. "Atualmente verifica-se já alguma recuperação, embora permaneçam sinais que ainda suscitam preocupação", sublinham os responsáveis.

Investimento diminui uns impressionantes 65,5%

Entre os sinais preocupantes está a descida do valor do produto interno bruto (PIB) per capita, que em 2007

correspondia a 17,7 mil euros e, em 2013, diminuiu para 16,6 mil euros (-8,5%). "Embora o Algarve continue a apresentar o segundo PIB per capita mais elevado, à semelhança do que ocorria em 2007, esta quebra mais acentuada colocou a região numa situação de divergência negativa", alerta o relatório.

A CCDR Algarve destaca também a forte quebra no investimento entre os anos de 2007 e 2013, que atingiu uns impressionantes 65,5% no Algarve, enquanto a nível nacional ficou-se pelos 36,3% no mesmo período. "Para se ter uma ideia mais exata desta realidade, refira-se que em 2007 a Formação Bruta de Capital Fixo foi de quase 3 mil milhões de euros, enquanto em 2013 não ultrapassou 1,28 mil milhões de euros", frisam os responsáveis pela análise à conjuntura do Algarve.

Poder de compra em queda livre

A diminuição do poder de compra entre 2007 e 2013 é outro dos indicadores que levará tempo a voltar aos níveis pré-crise. Neste período, o Al-

garve foi uma das três regiões cujo poder de compra mais diminuiu face à média nacional (juntamente com a Área Metropolitana de Lisboa e a Madeira).

Por outro lado, o relatório refere que a região algarvia aumentou a sua competitividade entre 2011 e 2014, "mas perdeu em coesão e em qualidade ambiental face à média nacional". "No índice global, a região evoluiu muito ligeiramente, aproximando-se mais da média do país. No entanto, deve ter-se presente que o Algarve apresenta valores abaixo da média em todos os índices (competitividade, coesão e qualidade ambiental) sendo a única NUTS II nesta situação", acentua o balanço anual da CCDR Algarve.

Recessão teve efeitos devastadores no mercado de trabalho

O relatório retrata ainda o acentuado crescimento demográfico do Algarve até 2010, quando a população residente atinge um pico de 451 mil indivíduos, uma tendência que viria a inverter-se significativamente a partir

do ano seguinte. E a culpa é, novamente, da crise: "A contração, e depois recessão económica, teve forte efeito no mercado de trabalho e muitos deixaram a região à procura de oportunidades noutras geografias. Saíram muitos dos que tinham chegado ao Algarve anos antes, mas também população originária da região, em particular adultos jovens", adianta a CCDR, explicando que, "apesar de a taxa de desemprego ter afetado drasticamente os jovens entre os 15-24, durante o decurso da crise, é entre os indivíduos dos 25 aos 29 e dos 30 aos 34 anos que se observa a maior quebra populacional". Esta tendência inicia-se logo em 2010 e mantém-se em 2015.

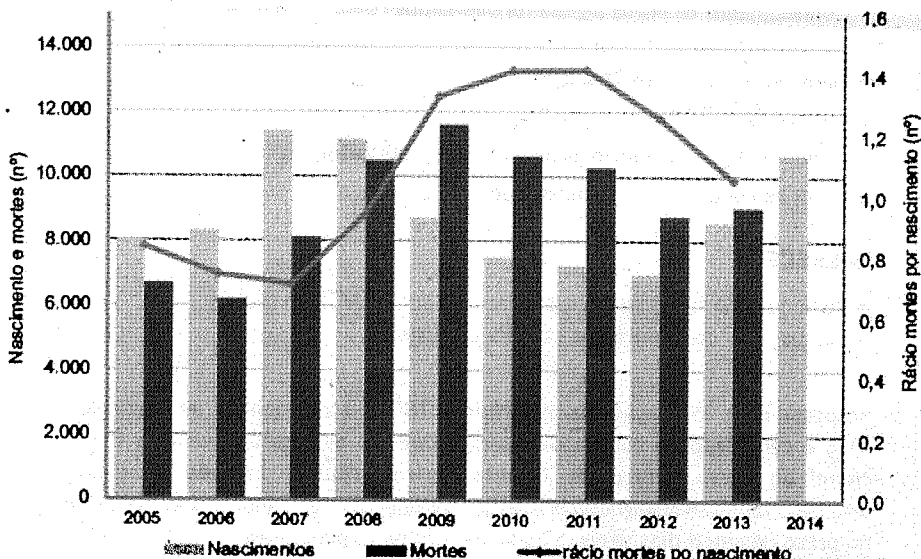
Segundo os dados oficiais, entre 2011 e 2015, a região perdeu quase 9,4 mil residentes, embora neste último ano se tenha registado um pequeníssimo aumento dos residentes (0,1%).

Aumento dramático do desemprego

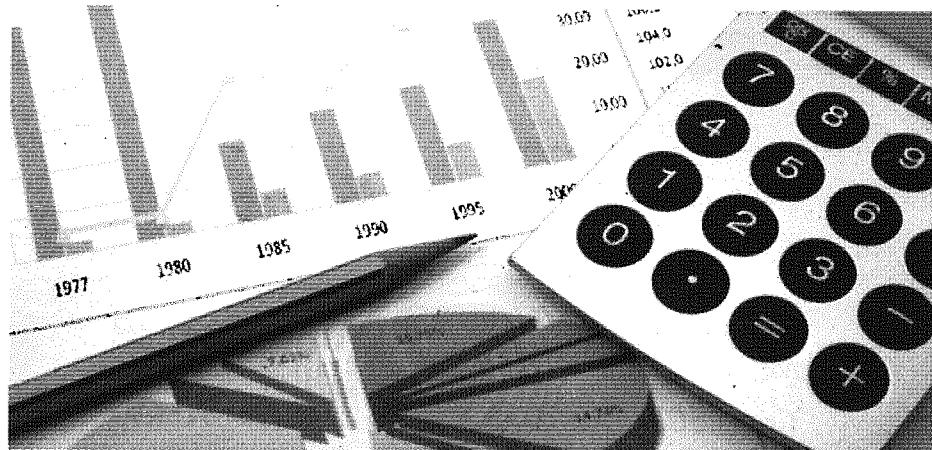
Ao mesmo tempo, o relatório confirma a destruição de milhares de empregos na re-

Algarve: nascimentos e mortes de empresas

Fonte: Demografia das empresas, INE



As empresas algarvias também foram duramente afetadas. Entre 2008 e 2014, o número de empresas sediadas na região diminuiu 14,5%



O relatório da CCDR confirma a destruição de milhares de empregos e "um aumento dramático do desemprego" na região durante os anos de maior crise

gião algarvia durante os anos de maior crise. “É inegável o decréscimo do emprego e um aumento dramático do desemprego.”

A taxa de desemprego regional atingiu recordes em 2013, chegando aos 17,6% (15,5% no país). Desde então, a taxa diminuiu continuamente, fixando-se em 12,5% em 2015. Porém, apesar da evolução favorável, em 2015 o número de pessoas sem emprego rondava ainda as 27,8 mil.

Além disso, a CCDR assinala que este decréscimo nem sempre correspondeu a um regresso efetivo dos desempregados ao mercado de trabalho regional. “Quer em 2013, quer em 2015, a descida do desemprego foi acompanhada por uma contração do emprego e pela subida assinalável do número dos ‘outros inativos com 15 e mais anos’. É pois plausível afirmar que parte dos desempregados deixaram de cumprir o conjunto de critérios que os integravam nessa categoria, passando a ser contabilizados como inativos. Outra explicação para a descida do desemprego nesses anos está associada à implementação de políticas públicas de combate ao desemprego, nomeadamente do encaminhamento de parte dos desempregados para formação ou para estágios profissionais”.

A comissão crítica ainda “a opção continuada em mão de obra pouco qualificada e em salários baixos”. “Tal decorre das atividades em que a região se especializou, mas indicia também, nalguns casos, uma certa visão de gestão desatualizada”, consideram os responsáveis pelo relatório, denunciando o recurso a jovens licenciados para profissões que exigem baixa qualificação, onde a perspectiva são contratos a termo de curta duração e em que muitas vezes se paga o salário mínimo. “Estas condições não contribuem, certamente, para a fixação dos recursos humanos qualificados, essenciais



A crise resultou num “duro golpe na economia das famílias e no aumento da pobreza”, com o número de pessoas em situação de pobreza a aumentar “substancialmente”

ao futuro que se pretende construir na região”, frisam.

“Situações de pobreza aumentaram substancialmente”

Em suma, o relatório refere que o desemprego, as medidas decorrentes do programa de ajustamento – que incluíram forte aumento da carga fiscal e cortes salariais –, bem como as dívidas contraídas anos antes por muitas famílias para compra de casa própria e bens de consumo, na sequência do acesso facilitado ao crédito, “conjugaram-se negativamente, daí resultando um duro golpe na economia das famílias e o aumento da pobreza”.

“Muitas famílias perderam a capacidade de pagar as suas prestações mensais e algumas, em número não determinado, tiveram que ‘entregar’ a casa às instituições de crédito. A estes casos junta-se ainda o das famílias que viram as suas habitações confiscadas pela Autoridade Tributária devido ao incumprimento das suas responsabilidades fiscais”, lê-se no boletim ‘Retrospectiva 2007-2015’, da responsabilidade da CCDR Algarve.

Desta forma, embora não existam dados que permitam conhecer a percentagem de população no limiar ou abai-

xo do limiar de pobreza no Algarve, “pode afirmar-se que o número de pessoas em situação de pobreza aumentou substancialmente”.

“(…) terla sido bem pior se não fossem as soluções alternativas”

O relatório faz ainda alusão ao estudo “Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal”, recentemente publicado, onde é referido que “os rendimentos familiares sofreram um forte retrocesso entre 2009 e 2014”.

“No Algarve, as declarações públicas de responsáveis por organizações da economia social e solidária dão conta do grande aumento de pedidos de ajuda por parte de pessoas que viram os seus recursos drasticamente reduzidos”, salienta a CCDR, indicando que as instituições de solidariedade social, como o Banco Alimentar contra a Fome do Algarve, “desempenharam um papel importante ao longo dos últimos anos e a situação teria sido bem mais gravosa se não fossem as soluções alternativas encontradas para minimizar o problema”.

Se as famílias foram duramente afetadas, o relatório sublinha que o setor empresarial também ressentiu-se fortemente da conjuntura

desfavorável. “Entre 2008 e 2014, o número de empresas sediadas na região diminuiu 14,5%, cifrando-se no último ano nas 57.817 empresas.” A construção deixou de ser a segunda atividade com maior número de empresas, caindo para a quinta posição, “com quase menos 5 mil empresas do que em 2008”. O “comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos e motociclos” perdeu igualmente 3,1 mil empresas, mas manteve-se na posição cimeira. “Quase 82% das empresas desaparecidas neste período pertenciam a estas duas atividades.”

Turismo em crescimento desde o ano 2010

Já em relação à atividade turística – o motor da economia regional –, as quebras ultrapassaram os 1,8 milhões de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, entre 2007 e 2009.

No entanto, a partir de 2010, verificou-se um crescimento contínuo, “atingindo em 2015 os valores mais expressivos da última década, cerca de 16,6 milhões, o que traduz um crescimento superior a 20% em relação a 2005”. E se acrescentarmos a estes números as unidades de turismo rural e o alojamento local, o crescimento ascende aos 33,5% entre 2009 e 2015, quando se registaram 17,3 milhões de dormidas.

Ou seja, o turismo é o grande impulsionador da economia regional neste período em que a região ainda sente na pele os efeitos devastadores da crise iniciada em 2008. Apesar de o pior já ter passado, a CCDR Algarve alerta que ainda há muito a fazer para eliminar todos os problemas que surgiram entretanto. A recessão pode já ter passado à história, mas a crise ainda continua para muitas famílias e empresas algarvias...!

VAI ANDANDO QUE ESTOU CHEGANDO



Carlos Luís Figueira

O regresso a casa é confortável mesmo que a ausência tenha sido curta e o espaço alternativo tenha sido ocupado numa outra casa comum, diferente mas igualmente confortável. Trata-se de um pequeno privilégio cuja partilha nos faz viver melhor. Apesar das diferenças de espaço, mais campo aqui, mais urbe além, permitem partilha de culturas, conhecer outros hábitos, outras gentes, diferentes maneiras de estar com a vida.

Dado o calendário em que ocorreu a curta estadia, permitiu-me desta vez viver o que são por aqui a celebração dos Reis Magos, sobretudo no que esta festa se traduz quando a presença da família é maior. É de facto uma festa! Pela minha parte não me posso queixar dada a quantidade de presentes recebidos de gente tão alegre quanto generosa.

Dizia-me um dono de um restaurante que o passado ano lhe tinha sido favorável porque para além do bom negócio obtido tinha tido o presente do nascimento de um neto e para completar estes bons tempos que por aqui se vão vivendo, por razões de um frio de rachar, no dia da celebração da chegada dos Reis, uma multidão lhe tinha invadido o restaurante, acontecimento que recebia como uma prenda de Melchior, Gaspar e Baltazar.

Na preparação de regresso à urbe fui-me dando conta que a direita organiza de novo uma ofensiva com a criação de um “novo diabo” agora sob a forma de uma espécie “de estado de sítio” em torno da subida dos juros da dívida pública e da catástrofe que daí advirá, da capitalização da Caixa Geral de Depósitos, e da própria estabilização do sistema financeiro, quanto à negociação do Novo Banco, num contexto em que o Presidente do Banco de Portugal tem vindo a ter um posicionamento equívoco, pouco claro, em relação à defesa dos interesses do País.

Trata-se de uma operação com destinatários dirigidos à procura da instabilidade política e social do País, à descredibilização perante parceiros e estruturas europeias da actuação deste governo, a estimular no plano interno divergências que se manifestam no Bloco expressas entre o voluntarismo de soluções e tendências para aprofundar os acordos com o centro esquerda, num propósito à esquerda de hegemonizar a sua presença em tais acordos e, no mesmo sentido, procurar estimular as discordâncias que se manifestam no interior do FCP, quanto ao sentido político seguido, percurso criticado sob na perspectiva de se estar na eminência de um novo desvio e direita.

O problema da dívida pública do montante e dos encargos que envolve é de facto um forte obstáculo ao desenvolvimento económico à criação de emprego, ao estímulo ao investimento público, à actividade económica do País. Já por diversas vezes aqui o expressei, o incontornável problema da dívida pública e dos seus encargos requer um processo negociado para o qual necessitávamos de mais força e aliados no interior da EU, caminho arduo que não se conforma com processos voluntaristas de saída do Euro e da própria EU porque até agora não se tornou para mim claro quais os custos para o País de tais soluções. E tais respostas têm sobretudo a ver com a ausência de propostas claras e quantificadas à esquerda a exemplo da anunciada campanha nacional que o PCP anunciou em torno da saída do Euro e da própria EU.

Como muitos fui surpreendido pelo anúncio da morte de Mário Soares, o primeiro Presidente da segunda República a falecer. Trata-se de uma figura que marcará para sempre a recente história política do País saído do 25 de Abril. Seguir-se-ão homenagens merecidas deste incansável lutador pela liberdade que o coloca como figura central na consolidação do nosso regime democrático.

carlosluisfigueira@sapo.pt

